

DIREITO AO SANEAMENTO BÁSICO EM LOCALIDADES RURAIS: ESTUDO NO OESTE DO ESTADO DA BAHIA

RIGHT TO BASIC SANITATION IN RURAL LOCALITIES: STUDY IN THE WEST OF THE STATE OF BAHIA

Amanda dos Santos Carteado Silva^a, Luiz Roberto Santos Moraes^a

^aUniversidade Federal da Bahia

amanda.esa@hotmail.com, moraes@ufba.br

Submissão: 15 de maio de 2021

Aceitação: 26 de janeiro de 2022

Resumo

As desigualdades acerca do acesso aos serviços públicos, existentes entre o meio rural e meio urbano, e o direcionamento da atenção dos profissionais, governos e empresas aos núcleos urbanos em detrimento do rural, são fenômenos intrigantes e sugere estudos aprofundados que reflitam criticamente suas causas e consequências. O presente artigo é parte de uma dissertação que objetivou estudar as contradições relacionadas à promoção do direito ao saneamento básico em localidades rurais, por meio de estudo nas localidades Derocal e Penedo no município de São Desidério/Oeste da Bahia, considerando o recente processo de acumulação capitalista na região. Foi utilizada metodologia qualitativa, com triangulação dos métodos: questionário; Observação participante; Grupo Focal; e Análise documental. O artigo prioriza a análise da percepção de moradores das localidades e da gestão pública local sobre saneamento básico como direito, para possibilitar uma compreensão sobre a dificuldade na promoção deste e as contradições que o permeia. As contradições das relações capitalistas e seus efeitos nos espaços rurais são bem caracterizadas no estudo das localidades rurais que, por um lado, não têm acesso adequado aos serviços públicos de saneamento básico, essenciais à uma vida digna. Por outro lado, vivenciam um conflito de uso da água, fruto de interesses globais que fogem às capacidades locais de enfrentamento, pelo menos nas relações de forças.

Palavras-chave: direito ao saneamento básico, percepção sobre saneamento básico no meio rural, contradições na promoção do saneamento básico.

Abstract

The inequalities in access to public services between rural and urban areas and the focus of attention of professionals, governments and companies to urban centers to the detriment of the rural are intriguing phenomena and suggests in-depth studies that critically reflect their causes and consequences. This article is part of a master dissertation that aimed to study the contradictions related to the promotion of the right to basic sanitation in rural locations, by studying the localities Derocal and Penedo in São Desidério/State of Bahia/Brazil, considering the recent process of capitalist accumulation in the region. A qualitative methodology was used, with triangulation of the methods: questionnaire; Participant observation; Focus group; and document analysis. This article prioritizes the analysis of the perception of localities and local public management on basic sanitation as a right, to enable an understanding of the difficulty in promoting it and the contradictions that permeate it. The contradictions of capitalist relations and their effects on rural spaces are well characterized in the study of rural localities that, on the one hand, do not have adequate access to public basic sanitation services, essential for a decent life. On the other hand, they experience a water use conflict, the result of global interests that are beyond local coping capacities, at least in power relations.

Keywords: right to basic sanitation, perception of basic sanitation in rural areas, contradictions in the promotion of basic sanitation.

INTRODUÇÃO

A compreensão das contradições presentes na promoção ou violação de direitos tanto no meio urbano quanto no rural, necessita de uma precedida análise da estrutura da sociedade em que se sustentam tais relações e do papel do Estado enquanto regulador/mantenedor das mesmas. É uma tentativa de agregar elementos que permitam compreender o lugar da promoção do direito ao saneamento básico rural no funcionamento da sociedade capitalista e se é possível a universalidade de direitos básicos dentro da lógica de acumulação e regulação.

As desigualdades acerca do acesso aos serviços públicos, existentes entre o meio rural e meio urbano, e o direcionamento da atenção dos profissionais, governos e empresas aos núcleos urbanos em detrimento do rural, são fenômenos intrigantes e sugere estudos aprofundados que reflitam criticamente suas causas e consequências. A reflexão sobre a negação do direito ao saneamento básico no meio rural é, na maioria das vezes, simplista, e apega-se à ausência de recursos dos governos municipais e/ou à ausência de tecnologias adequadas à tal realidade.

Contudo, a partir da década de 1970, territórios rurais foram incorporados no sistema econômico global, como fonte principal de matéria prima para alimentar os processos produtivos globais, e consolidaram paisagens contrastantes, com tecnologia de ponta nos latifúndios onde se produz grãos para exportação, de um lado, e paisagens arcaicas sem qualquer tecnologia que garanta melhoria da qualidade de vida, do outro. Os povos nativos, quando não conduzidos ao êxodo para as periferias das cidades, ficam relegados à própria sorte sem acesso adequado à serviços básicos essenciais.

As populações rurais e de pequenos núcleos urbanos isolados são consideradas prioritárias pela Política Federal de Saneamento Básico (Lei n. 11.445/2007), conforme objetivos constantes em seu artigo 49, no acesso aos planos, programas, investimentos em saneamento básico, utilizando soluções compatíveis com suas características socioculturais, com ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico, com vistas à redução das desigualdades regionais e promoção da saúde pública (BRASIL, 2009; BRASIL, 2007).

Com base no fundamento da matriz tecnológica, a Lei n. 11.445/2007 estabelece a

garantia de meios adequados para o atendimento da população rural dispersa, mediante a utilização de soluções compatíveis com suas características econômicas e sociais peculiares (BRASIL, 2007). No entanto, a promoção do saneamento básico como um direito social e, por isso, por meio do Poder Público, passa pela compreensão dos limites que permeiam as políticas públicas, suas contradições e as tensões necessárias para que o Estado as promova efetivamente.

O presente artigo constitui-se um dos produtos de uma dissertação de mestrado que teve como objetivo estudar as contradições relacionadas à promoção do direito ao saneamento básico em áreas rurais, por meio de estudo nas localidades Derocal e Penedo no município de São Desidério/BA, considerando o recente processo de acumulação capitalista na região. Especificamente aqui, pretende-se discutir as contradições relacionadas à promoção do direito ao saneamento básico em áreas rurais do Oeste baiano e analisar as condições sanitárias e percepção dos moradores das referidas localidades rurais.

A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NO OESTE DA BAHIA E OS SERVIÇOS PÚBLICOS

O processo de acumulação capitalista no Brasil, se desenvolveu com características profundamente diferentes das relações desenvolvidas nas sociedades organicamente capitalistas que romperam com os modos de produção feudal. Mas as repercussões foram intensas, principalmente a partir de 1929, com a crise do capitalismo global e a paralisia do mercado mundial, as oligarquias agroexportadoras cafeeiras ficaram vulneráveis econômica e politicamente, possibilitando uma alteração das correlações de forças com as outras oligarquias e diversificação da economia brasileira (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

As autoras consideram que esse processo não foi uma revolução burguesa no Brasil, mas foi sem dúvida um momento de inflexão no longo processo de constituição de relações sociais tipicamente capitalistas no País, consolidando um poder político entre diversificadas oligarquias agrárias e um setor industrialista, com uma agenda modernizadora.

Sposati (2002) ao avaliar as características das políticas sociais latino-americanas e Barboza (2007) ao fazer um breve histórico da evolução das instituições político-jurídicas no Brasil,

contribuem com importantes elementos para compreensão da consolidação do Estado nacional e a construção da estrutura jurídico-política.

Sposati (2002, p.1) contextualiza bem as sociedades latino-americanas nesse processo, enquanto “subalternas à regulação econômica dominante exercida pelo mercado financeiro”. Barboza (2007) acrescenta ainda que o Brasil, assim como outros países da América Latina, por ter sido colonizado por países caracterizados pela contrarreforma e pelo militarismo parasitário, teve como categorias intelectuais, os intelectuais rurais, ligados ao latifúndio e ao clero, o que também refletiu significativamente nos moldes do desenvolvimento do capitalismo e das correlações de forças no País.

O meio rural brasileiro, contexto no qual o Oeste baiano se insere, se urbanizou nas duas últimas décadas do século XX, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural (SILVA, 1997). Santos (2000) ao analisar a modernização da agricultura no Brasil, chama a atenção para as áreas agrícolas como lugares da vulnerabilidade, pois o campo se tornou mais aberto à expansão das formas atuais do capitalismo que as cidades. Essa abertura, destaca Santos (2000), é demonstrada pela obediência às determinações distantes (globais) que escapam a regulações locais ou nacionais, e que ao mesmo tempo rapidamente impõem diferentes sistemas de vida, reflexo da nova relação com aquele meio.

O meio rural foi submetido a “mudanças profundas, devido ao fortalecimento da concentração da terra, à manutenção e expansão da economia de mercado da monocultura, corroborada por tecnologias agrícolas modernas e sob a liderança do agronegócio, focado na exportação” (TEIXEIRA, 2011, p. 221). Tais transformações diversificaram as relações de trocas, segundo Campanhola e Silva (2000), e o enfoque passou a ser nos territórios que dão suporte físico aos fluxos econômicos e sociais, secundarizando a preocupação com os seus limites geográficos, o que incide negativamente na definição de políticas públicas.

Outro agravante, foi o conseqüente aumento da dependência do Estado em relação a agentes privados econômicos, onde o setor privado é “o principal responsável pela modernização da agricultura nas últimas décadas e onde, por outro

lado, a presença do Estado por meio da prestação dos serviços públicos básicos à população rural, é bastante limitada” (FREY, 2010, p.264).

O modelo de desenvolvimento, instituído a partir de políticas econômicas, priorizado pelo Estado para reposicionar a Bahia no mercado mundial promoveu um grande descompasso entre crescimento econômico e desenvolvimento social, posicionando o estado entre os melhores economicamente, mas o mantendo entre os últimos no *ranking* brasileiro de diversos indicadores sociais (GUERRA; GONZALEZ, 2013). Rigonato (2015) critica a insustentabilidade socioambiental vivenciada pelas populações nativas evidenciadas no êxodo rural, na ausência de incentivo para formação de técnicos agrícolas comunitários conhecedores do modo de vida, da cultura, das tradições e das singularidades geocológicas das paisagens, diminuição dos bens naturais e na implementação de políticas públicas burocráticas e descontextualizadas.

A lógica de atuação do Estado no Oeste da Bahia, sempre priorizou políticas de ocupação do Oeste baiano, desconsiderando as populações nativas referidas acima. Um marco importante para a região, segundo Brandão (2010), foi a criação da Companhia para o Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), que em 1973 instalou o Projeto São Desidério e a criação de projetos de colonização pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), atraindo diversos pequenos agricultores de outras regiões. A incorporação da região ao processo de modernização agrícola foi experimentada em finais da década de 1970 (OLIVEIRA, 2015) com duas ações fundamentais destacadas por Brandão (2010) para seu desenvolvimento,

O lançamento, pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado, em parceria com uma entidade japonesa, do PRODECER II (segunda etapa do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), que foi o documento-base para a iniciativa de produzir soja voltada à exportação (BAHIA, 1985), e a implantação da Estação Experimental Agrícola da Cooperativa Cotia, nas proximidades de Mimoso do Oeste, onde foram plantadas as primeiras mudas do grão (BRANDÃO, 2010, p. 36).

Ações que mostram o papel do Estado como principal facilitador do processo de modernização da agricultura na região, com tendências de

concentração espacial de recursos e investimentos que priorizaram uma restrita parcela da população, e impôs novos costumes àquele território, a partir da chegada de agricultores de outras regiões brasileiras, principalmente da região Sul (OLIVEIRA, 2015), significando transformações abruptas na economia e sociedade locais, aprofundando a diferenciação social e a rápida expansão da agricultura capitalista (KRAYCHETE; COMERFORD, 2012).

Os autores destacam que além do apoio financeiro, implantando infraestrutura física e institucional, o Estado viabilizou tal processo sendo omissos às apropriações de terras, por vezes ilegais, e empreendendo o movimento de ocupação do Oeste. Consolidou-se assim, uma estrutura fundiária concentradora de terras (latifúndios) sob o domínio de agricultores privados e empresas atraídas para a expansão agrícola nos Cerrados baianos, pressionando diversos grupos sociais: quilombolas; camponês-agricultores familiares; extrativistas; ribeirinhos e geraizeiros; os quais desenvolvem, em sua maioria, suas atividades enquanto posseiros, meeiros e trabalhadores do campo, e ainda os assentados e acampados do campo, todos compondo a agricultura familiar e desenvolvendo o extrativismo nas franjas de Cerrados enquanto complemento para subsistência (RIGONATO, 2015).

DIREITO AO SANEAMENTO BÁSICO NO MEIO RURAL BAIANO

As significativas transformações ocorridas no meio rural baiano, chamadas de modernização do campo, acompanha o aumento das desigualdades e da pobreza (ROCHA, 2010, p.100). Os desafios que permeiam a promoção do saneamento básico no meio rural baiano, são frutos do modelo de desenvolvimento predominante no campo brasileiro, marcado historicamente pela desigual distribuição de terras, com aumento da concentração fundiária, promotora de graves injustiças sociais para milhões de trabalhadores rurais e impulsionadora de diversos conflitos (VALE; LOBÃO, 2012) como já discutido anteriormente.

Heterogêneo, constituído de diversos tipos de comunidades, com especificidades próprias em cada região brasileira, o meio rural exige formas particulares de intervenção em saneamento básico, tanto no que diz respeito às

questões ambientais, tecnológicas e educativas, como de gestão e sustentabilidade das ações (FUNASA, 2014).

Em pequenas localidades no interior dos estados da região Nordeste, os sistemas de saneamento básico, quando existem, na maioria das vezes não funcionam porque foram planejados, projetados e implantados sem a participação da comunidade, utilizando tecnologias inadequadas à realidade socioeconômica, cultural e ambiental local e/ou porque não dispõem de organização que garanta a sustentabilidade administrativa, financeira e operacional dos mesmos (MORAES et al., 1999).

Segundo Funasa (2006), os diversos meios de comunicação existentes, não foram suficientes para superar o desafio nas áreas rurais, a população ainda constrói suas casas sem incluir facilidades sanitárias indispensáveis. E os serviços públicos de saneamento básico, prestados a esta parcela da população, ainda apresentam elevado *deficit* de cobertura bem como de qualidade. Apesar dos avanços na construção de políticas e na implementação dos serviços públicos de saneamento básico, o Brasil ainda está aquém de um modelo de sociedade com vistas a promover a universalização do acesso a tais serviços.

Na Bahia, semelhante ao Brasil, a história das escolhas políticas para o desenvolvimento econômico tem uma trajetória delineada para atender interesses de acumulação, criando privilégios de investimentos em cidades estratégicas e/ou de força política. E se por um lado consolida o estado em destaque entre as seis maiores economias do Brasil, por outro não supera questões sociais, nem elimina desigualdades sub-regionais, paradoxo que alguns autores denominam de “novo enigma baiano” (SANTANA, 2012, p. 8).

Santos et al. (2007) ao avaliarem uma estratégia de condução da ação governamental na evolução dos níveis de cobertura dos serviços públicos de saneamento básico no Estado, analisando os principais programas realizados ao longo dos anos 90, retratam bem os equívocos que desafiam a universalização do acesso para a população baiana. Os autores constatarem que houve aumento considerável de investimentos no desenvolvimento de ações na área de saneamento básico, mas estes foram realizados em áreas que despertam os interesses empresariais, mais precisamente turísticos.

O desenvolvimento de políticas

fragmentadas, de cunho neoliberal, que não contemplam a realidade socioambiental do território e que apenas objetivam reproduzir as relações capitalistas, foram anteriormente criticadas por Borja (2004) e Santos et al. (2007) que ratificam a crítica quando afirmam:

A política de saneamento no estado esteve atrelada à criação de infraestrutura sanitária necessária aos interesses turísticos, portanto, desvinculada da preocupação de atender os grandes bolsões de pobreza da Bahia, de reestruturar o quadro sanitário da zona rural, de combater efetivamente os grandes agentes poluidores do meio ambiente e de possibilitar a efetiva participação da população nas definições e execução dos serviços realizados (SANTOS et al., 2007, p.25).

O histórico de atenção com o saneamento básico no meio rural se intensificou no estado da Bahia em 1992, quando por meio da então Companhia de Engenharia Rural da Bahia, criada em 1971 como subsidiária da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A (EMBASA), atual Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (CERB), com recursos do próprio governo do Estado e do banco alemão KfW, iniciou um projeto de saneamento rural que tinha como prioridade a implantação de sistemas de abastecimento de água em comunidades da zona rural do Semiárido baiano, mas sem assessoria técnica para operação e manutenção (MAGALHÃES; BARBOSA; OLIVEIRA, 2010).

A ausência do Estado na operação e manutenção dos sistemas implantados, e a dificuldade das associações comunitárias criadas em cada localidade para esse fim, motivaram o surgimento das Centrais de Associações Comunitárias para Manutenção de Sistemas de Abastecimento de Água (CENTRAL-BA), primeiro em Seabra, posteriormente em Jacobina e recentemente em Caetitê. Apesar de constituírem uma interessante alternativa de acesso aos serviços, estes sistemas não são autossustentáveis (LOUREIRO, 2009; MAGALHÃES; BARBOSA; OLIVEIRA, 2010) e enfrentam desafios que exigem uma atenção efetiva do Estado.

Abre-se um parêntese para destacar que a Cerb, tendo como missão “Garantir a oferta de água para a melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável, com ênfase no saneamento rural” (CERB, 2016, s.p.) deve ser fortalecida para ampliar sua atenção ao saneamento rural na Bahia, atuando para além da

construção da infraestrutura, mas contribuindo com a gestão participativa dos serviços.

Sampaio (2013) destaca como principal programa estadual de saneamento básico em localidades rurais, o Programa Água para Todos (PAT), instituído em 2007, por meio do Decreto n. 10.436. O autor resgata o objetivo deste que consistia em até 2010, implantar 100 mil cisternas, 1.800 poços tubulares e 1.500 sistemas simplificados de abastecimento de água, com prioridade para o Semiárido, bacia do rio São Francisco e seus principais núcleos urbanos e rurais em todo o estado da Bahia e reforça que este foi inspiração para criação do Programa Nacional Água para Todos, lançado em 2012 pelo Governo Federal, por meio do Decreto n. 7.535/2011.

Além desses programas, outras experiências para promoção do acesso à água merecem ser valorizadas, como os Programas Um Milhão de Cisternas (P1MC) e Uma Terra e Duas Águas (P1+2), subsidiados pelo Governo Federal entre 2003 e 2018, mas frutos da luta pela formulação de políticas públicas e programas de Convivência com o Semiárido, desenvolvida pela Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), que em 1999, paralelamente à 3ª Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação e à Seca (COP3) da Organização das Nações Unidas (ONU), realizada no Recife-PE, lançaram a Declaração do Semiárido Brasileiro¹, onde encontra-se as proposições embrionárias de tais programas (ASA, 2016).

Registra-se que até 2016, significativos avanços têm sido percebidos nas comunidades rurais, como o aumento da frequência escolar, a redução da incidência de doenças relacionadas ao consumo de água contaminada, diminuição da sobrecarga de trabalho das mulheres nas atividades domésticas e fortalecimento de organizações locais (ASA, 2016). Contudo os *deficits* e desigualdades ainda persistem, a ausência de água tratada e esgotamento sanitário ainda são os principais problemas destacados por moradores do meio rural principalmente as populações de baixa renda.

METODOLOGIA

ÁREA DE ESTUDO

¹Disponível em: http://www.asabrasil.org.br/images/UserFiles/File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf.

A área de estudo consiste em duas localidades rurais, ribeirinhas (Rio das Fêmeas), situadas em São Desidério, município baiano que se localiza nos entroncamentos das BR-020 e BR-242, extremo Oeste da Bahia, e abriga uma população estimada em 34.764 habitantes (IBGE, 2021), tendo o Censo de 2010 contabilizado 27.659 habitantes, com uma população rural de 19.026 habitantes (68,79% do total), resultando numa densidade demográfica de 1,82hab./km².

Segundo informações da Agência 10envolvimento, entidade que assessorou comunidades ribeirinhas da Bacia do Rio Grande, em 2015, as localidades Derocal e Penedo, possuíam aproximadamente 60 e 40 famílias, respectivamente, que sobrevivem principalmente da agricultura de subsistência, prestação de serviços fora das localidades e programas sociais. As famílias têm acesso a um serviço deficitário de captação de água do Rio das Fêmeas e distribuição na sua forma bruta para as residências.

As localidades Derocal e Penedo ganharam um pouco de visibilidade quando se instaurou um conflito pelo uso da água com a operação da Pequena Central Hidrelétrica Sítio Grande a montante das duas localidades, que são as primeiras impactadas pelo empreendimento. Este por sua vez, iniciou suas operações em 2011, quando o então Instituto do Meio Ambiente (IMA), por meio da Portaria n. 14.205, concedeu Licença de Operação (LO), com 13 condicionantes à operação, válida pelo prazo de 4 (quatro) anos, à Bahia PCH I S/A, para geração de energia hidrelétrica no Rio das Fêmeas, São Desidério (INEMA, 2015).

TÉCNICAS UTILIZADAS

Como técnica de coleta de dados primários realizada em 2016, aplicou-se o questionário que consistiu num roteiro com 18 questões fechadas, aplicados de porta em porta para uma das pessoas responsáveis pela família. As questões referiam-se às condições socioeconômicas, condições sanitárias, existência de luta pela água e a percepção quanto ao saneamento básico como um direito humano, dos moradores das duas localidades. Objetivava-se aplicar 100 questionários, no entanto só possível abranger 85 das 100 residências, sendo 50 em Derocal e 35 em Penedo. Essa etapa de campo ocorreu em agosto de 2016, pela primeira autora e por mais 4 discentes de Engenharia Sanitária e Ambiental da

Universidade Federal do Oeste da Bahia, amigos/as colaboradores, anteriormente mobilizados, treinados e supervisionados pela pesquisadora, entendendo que os investigadores de campo precisam compreender a pesquisa, seu escopo, seus objetivos e serem treinados para o adequado relacionamento com o ambiente e as pessoas, para a aplicação dos instrumentos (MINAYO, 2005).

Outra etapa da pesquisa consistiu na realização de dois grupos focais, técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações dos participantes (MORGAN, 1992, 1997, 1998 *apud* TRAD, 2009). O planejamento dessa atividade considerou um conjunto de elementos para seu pleno desenvolvimento, a saber: recursos necessários, com destaque especial para os moderadores do grupo (a própria pesquisadora); definição do número de participantes e de grupos a serem realizados (2 Grupos Focais, com 8 pessoas participando em cada grupo); perfil dos participantes (um Grupo Focal com moradores da comunidade -lideranças e pessoas mais engajadas nos processos de luta- e o segundo Grupo Focal com gestores da Secretaria de Saúde, Secretaria de Meio Ambiente, Conselhos de Saúde e Meio Ambiente, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e da Vigilância Sanitária do Município de São Desidério); processo de seleção; e tempo de duração.

Os Grupos Focais foram realizados em dois momentos, o primeiro ocorreu em uma das localidades, Derocal, onde 10 pessoas participaram ativamente com mais alguns observadores/as. Era um grupo heterogêneo com a presença de 2 jovens do sexo masculino, 2 mulheres idosas, 2 homens adultos, 2 mulheres adultas e 2 homens idosos. O segundo foi aplicado ao Poder Público Municipal (representantes das secretarias municipais relacionadas à área – Meio Ambiente, Assistência Social e Educação) que representou uma quantidade reduzida de pessoas necessária para realização do Grupo Focal (mínimo 6) sendo analisado como um Grupo Triangular². Os participantes foram selecionados pela disponibilidade, no momento da aplicação do

² Segundo López e Pascal (2008), Grupo Triangular consiste numa técnica intermediária entre a entrevista individual e o Grupo Focal, representado pelo trio de participantes e mediado pela pesquisadora.

questionário, na comunidade e em visitas prévias nas secretarias do Município. Pelo fato de a comunidade ser pequena, não houve a possibilidade de recrutar pessoas que não se conhecessem.

Os roteiros de questões a orientar os Grupos Focais foram adaptados do estudo feito por Costa (2007) e Rubinger (2008), que os aplicou a diferentes segmentos da população com o intuito de identificar a percepção do saneamento básico por parte da população. A percepção é fruto do processo psíquico e sócio-cultural vivenciados pelo indivíduo, e pode ser expressada de diferentes formas individualmente ou coletivamente (RUBINGER, 2008). Partiu do pressuposto de que seus resultados são ilustrativos e fornecem um conjunto de ideias em relação ao tópico de interesse, possibilitando a coleta de informações não facilmente obtidas por meio de técnicas quantitativas (JOHNSON, 1994 *apud* RUBINGER, 2008).

A análise dos resultados do Grupo Focal e do Grupo Triangular (gravados em áudio), se baseou em Minayo (2007), que para Análise do Discurso, propõe a execução da ordenação (transcrição das gravações; escuta e releitura do material; organização dos relatos em determinada ordem, o que já supõe um início de classificação e organização dos dados de observação) e da classificação (leitura horizontal e exaustiva dos textos e uma leitura transversal). A leitura levou em conta o contexto social no qual os discursos foram proferidos e buscou-se a compreensão de seus processos de produção, possibilitando a análise do discurso. Na Tabela 1, há um resumo das variáveis analisadas e suas respectivas fontes de informações.

Devido à limitações de tempo, decorrentes de questões imprevistas no desenvolvimento da pesquisa, não foi possível analisar minuciosamente e de maneira mais aprofundada, toda a riqueza de detalhes constantes na transcrição do texto, mas dedicou-se cuidadosamente a captar todas as respostas-chaves às questões realizadas.

Vale destacar que a Observação participante, se desenvolveu durante toda a pesquisa, de maneira transversal, para complementar/desvendar as informações levantadas no processo de coleta de dados. Para além das informações que foram coletadas pelos questionários e pelos grupos, a observação da dinâmica das comunidades, da organização social e do comportamento dos/as participantes,

contribui para qualificar a compreensão de algumas respostas, possíveis contradições nas respostas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes da apresentação dos resultados da pesquisa para os objetivos propostos fez-se uma análise do perfil socioeconômico das localidades, a partir também das técnicas utilizadas. Considerando que é essencial à análise, a incorporação do conhecimento das condições de vida, da qualidade do saneamento básico e de como as atividades agrícolas são desenvolvidas no meio rural, bem como o entendimento da interrelação entre tais aspectos (LOPES et al., 2012).

O perfil socioeconômico das localidades foi caracterizado a partir dos obtidos de quatro questões do questionário elaborado e aplicado no campo.

A pirâmide etária apresentada na Figura 1 ilustra um perfil etário predominantemente com crianças, adultos e jovens. Considerou-se os intervalos de idade oficialmente aceitos: 0 a 14 – crianças; 15 a 29 – jovens; 30 a 59 – adultos; e mais que 60 – idosos. Constata-se uma diferença radical com o número de idosos (11%) nas localidades, que pode ser associada a uma baixa expectativa de vida.

Em relação à proporção de homens e mulheres, o perfil da localidade, ainda que com valores bem próximos, diferencia-se do padrão nacional identificado pelo IBGE (2014), apresentando um percentual maior de homens (52%) que de mulheres (48%). No entanto, assemelha-se à proporção municipal de homens e mulheres, apresentada pela fonte supracitada, sendo aproximadamente cerca de 53% homens e 47% mulheres. Torna-se válido o desenvolvimento de um estudo na área de humanidades para identificar os fatores que influenciam na construção dessa pirâmide etária, com foco na baixa expectativa de vida, não sendo possível, neste trabalho, um aprofundamento dessa análise.

Quanto à cor da pele (Figura 2), a opção morena, apesar de não ser considerada pelo IBGE, foi acrescentada pela experiência da primeira pesquisadora em perceber que as pessoas se sentem mais a vontade de se declararem de pele morena e fica mais nítida a aproximação afrodescendente daqueles que se declaram como tal. Com isso, percebe-se que a

localidade apresenta um perfil predominantemente parda (com ascendência predominante de índio e negro). Tal constatação é confirmada por dados históricos, em que estudos revelam que a região Oeste na pré-história era habitada por tribos indígenas desde a época das cavernas, constatado pela descoberta de sítios arqueológicos, urnas funerárias e

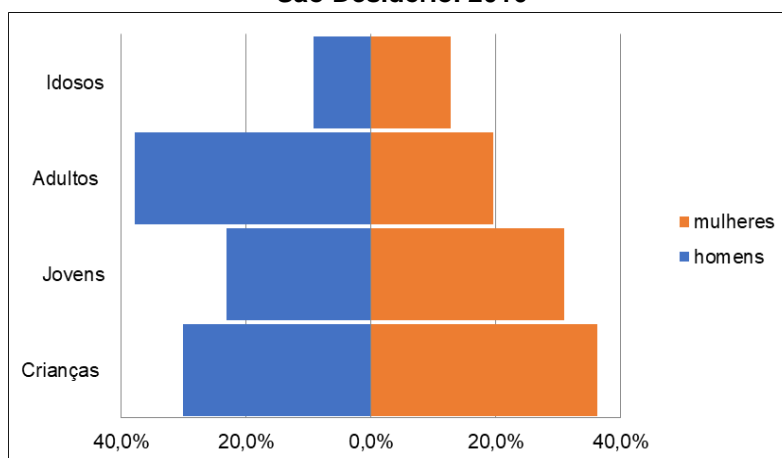
pinturas rupestres - que ainda hoje podem ser encontradas em grutas de São Desidério. Os moradores de Derocal e Penedo, portanto, são descendentes dos sobreviventes de um dos “maiores holocaustos da história da humanidade: a escravidão indígena e negra” (LEAL; FAGUNDES, 2011, p.122).

Tabela 1 - Categorias analíticas com suas respectivas variáveis e fonte de informação

Categoria analítica	Variável	Fonte
Condições socioeconômicas	Escolaridade	Questionário; Observação participante.
	Etnia	
	Sexo	
	Faixa etária	
	Fonte de Renda	
Condições sanitárias das famílias	Abastecimento de água	Questionário; Observação participante.
	Manuseio da água para consumo	
	Acesso a banheiro	
	Esgotamento sanitário	
	Resíduos sólidos	
Condições políticas	Atribuição da responsabilidade de promover o saneamento pela comunidade	Grupo Focal; Observação participante.
	Percepção da comunidade	
	Percepção dos gestores	

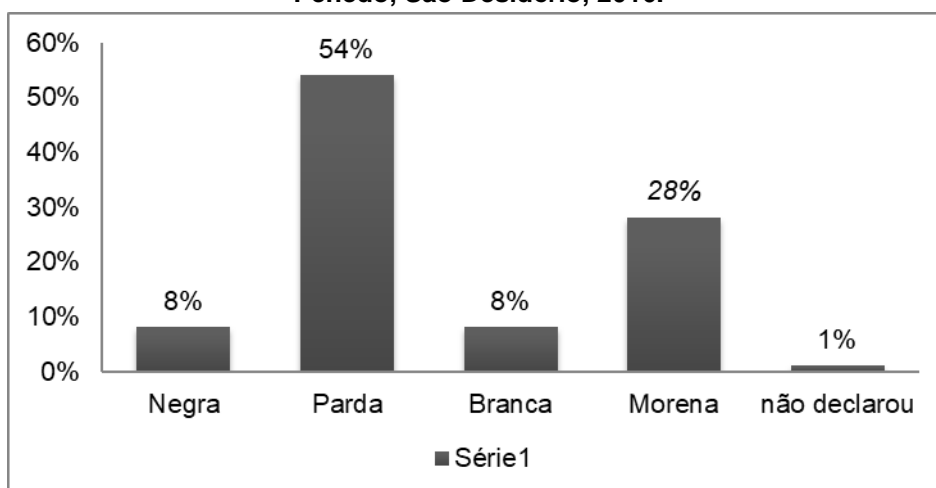
Fonte: Autores, 2017.

Figura 1 - Pirâmide etária das localidades de Derocal e Penedo, São Desidério. 2016



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Figura 2 - Cor da pele declarada pelos moradores entrevistados de Derocal e Penedo, São Desidério, 2016.



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

O processo histórico desigual no acesso à direitos básicos, reflete também no acesso à escola que ainda é bastante restrito e se apresenta como uma recente conquista das localidades, sendo que cada uma possui um prédio escolar com duas salas de aula onde funcionam apenas a educação infantil. As outras séries são cursadas pelas crianças e jovens no distrito de Sítio Grande, necessitando do deslocamento por meio do transporte escolar.

Essa situação resulta em 62% da população dos domicílios entrevistados com baixa escolaridade: ou nunca frequentaram a escola (20%); ou frequentaram apenas até a 4ª série (23%); ou até a 8ª série (19%); como pode ser observado na Figura 3.

A maioria das famílias entrevistadas disse ter duas fontes de renda, geralmente informaram agricultura/pecuária e programa social, ou serviços e programa social (Figura 4). Os serviços a que se referem é a prestação de serviço em diferentes áreas, como: padeiro; eletricista; outros. Os idosos e algumas pessoas com deficiência sobrevivem de aposentadoria, mas alguns destes também praticam a agricultura de subsistência.

Pelas respostas é possível inferir que a maioria das famílias são de baixa renda (pré-requisito para ser contemplado com programas sociais – como o Bolsa Família, atual Auxílio Brasil) ou sobrevivem da agricultura. Tais resultados convergem com os dados do IBGE (2010), que demonstram que 50% da população do município tinham rendimentos mensais de até

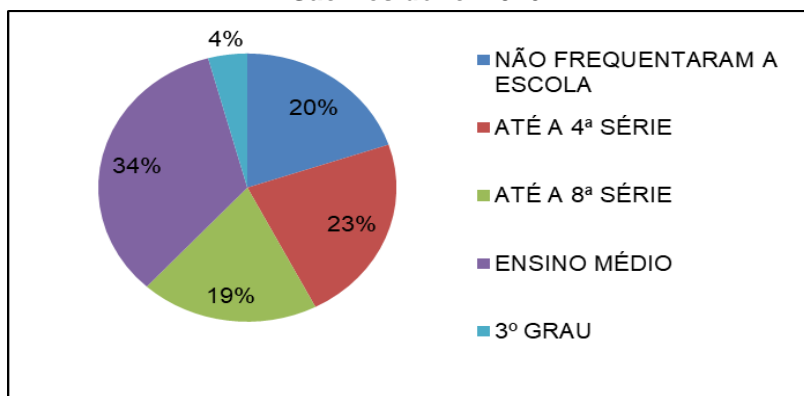
meio salário mínimo por pessoa, valor muito abaixo da renda *per capita* do Município calculada a partir do Produto Interno Bruto (PIB), de R\$ 76.949,79 (IBGE, 2019).

A Observação participante possibilitou verificar outros indicadores de renda, como a diferença das condições de moradia dentro da comunidade, sendo algumas casas construídas de alvenaria e outras ainda de adobe com precárias condições estruturais. As famílias das localidades Derocal e Penedo vivem em condições similares de vulnerabilidade em relação ao acesso aos serviços públicos de saneamento básico.

Em relação à fonte de água para consumo, como pode ser verificado na Figura 5, há apenas duas fontes naturais de água utilizadas pelas localidades. As características do bioma Cerrado, rico em águas, e a localização distante de centros urbanos das mesmas, antes de serem desvendadas pelo grande capital, possibilitava o acesso dessas à rios e nascentes com água em quantidade suficiente para o desenvolvimento de suas atividades.

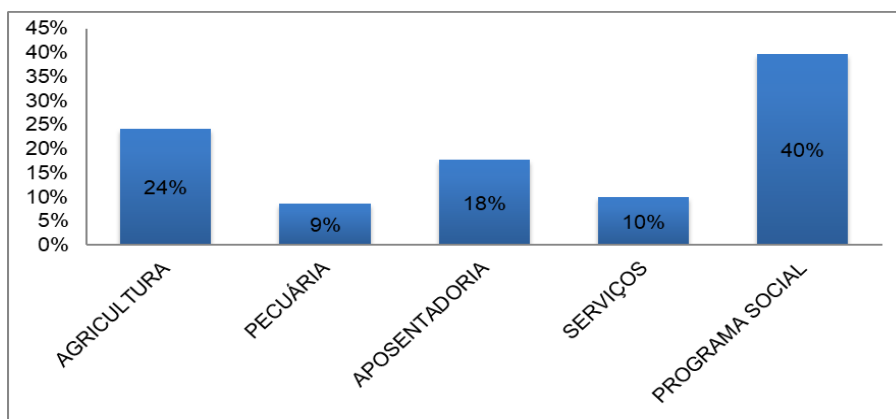
A parcela da população que tem como fonte de água as nascentes é moradora da localidade Penedo. A outra parte, moradora de Derocal (65% da população), utiliza água do Rio das Fêmeas para consumo. Tal informação ao ser confrontada com as respostas da questão (**Quais são as doenças que mais aparecem aqui na comunidade?**) do questionário, desperta uma curiosidade.

Figura 3 - Grau de escolaridade dos moradores de Derocal e Penedo. São Desidério. 2016



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Figura 4 - Fonte de renda das famílias de Derocal e Penedo. São Desidério. 2016



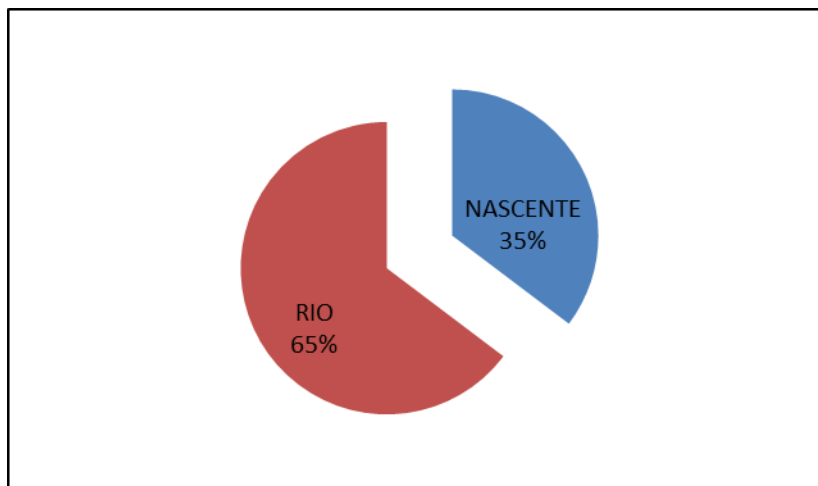
Fonte: Pesquisa de campo (2016).

As famílias da comunidade Penedo, que em sua maioria utilizam água das nascentes, só responderam doenças relacionadas à gripe. Já as famílias que utilizam a água bruta do Rio das Fêmeas, relataram principalmente irritações e doenças de pele, dor de barriga, que podem estar relacionadas à qualidade da água para consumo humano.

Em relação ao esgotamento sanitário, constata-se que a maioria das casas possuem banheiro, no entanto, ainda há residências que não dispõem (14%), tornando-se inadequada a

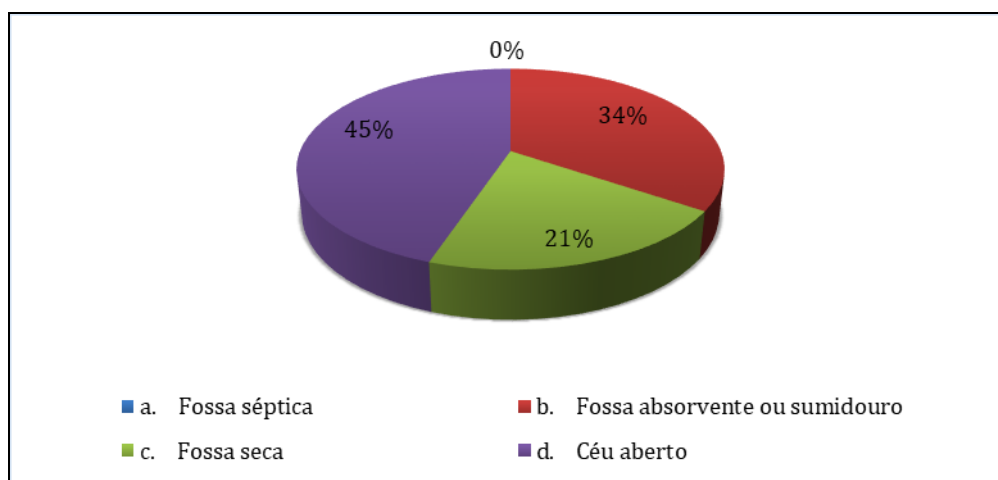
destinação das fezes por elas geradas. As residências dispõem de alternativas rudimentares para destinação das águas residuais. Conforme a Figura 6, não houve relato da construção de fossas sépticas nas casas entrevistadas, e as fossas absorventes/sumidouros ou as fossas secas, utilizadas pelas famílias, consistem em soluções rudimentares, que apesar de serem melhor que a destinação à céu aberto, podem comprometer a qualidade das águas subterrâneas em comunidades ribeirinhas onde o lençol freático é raso.

Figura 5 - Fontes de água para consumo humano nas localidades de Derocal e Penedo. São Desidério. 2016



Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Figura 6 - Residências das localidades de Derocal e Penedo com banheiro, segundo destinação de excretas humanas e águas servidas. São Desidério. 2016



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Em relação ao manejo dos resíduos sólidos constata-se a inexistência total de acesso aos serviços, o que constitui mais um risco à saúde da população, que utiliza a queima como prática para destinação dos resíduos gerados em 91% das residências, como apresentado na Figura 7. A queima inadequada de lixo produz materiais particulados que poluem o ar que são potenciais geradores de doenças respiratórias, de pele, dentre outras.

Assim constata-se, que o direito aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos

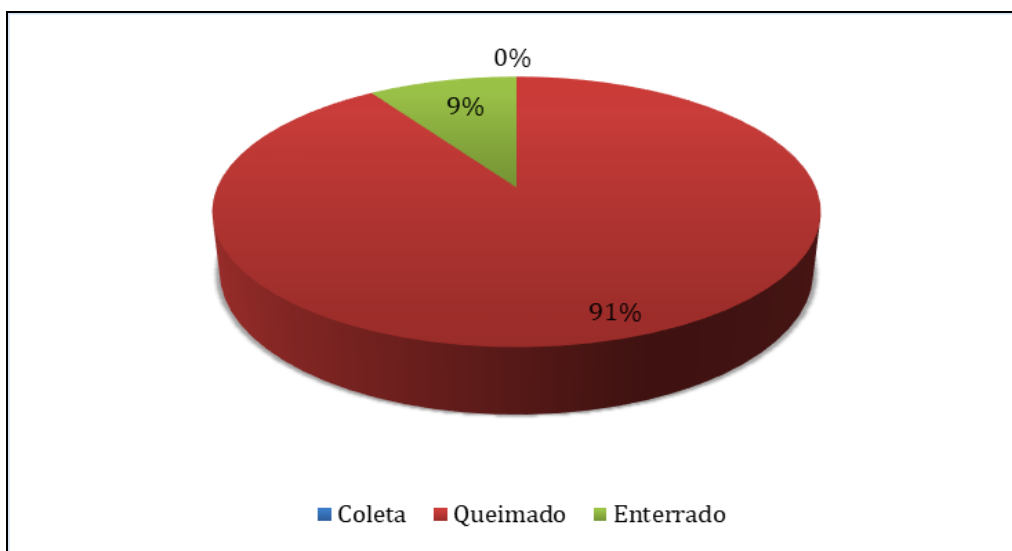
sólidos é violado, pois a comunidade dispõe apenas de alternativas construídas pelas famílias sem qualquer orientação ou serviço disponibilizado pelo Poder Público. O panorama de violação do direito ao saneamento básico, constata uma realidade rural, caracterizada por populações com menor acesso às medidas de saneamento básico (ROCHA et al., 2006), semelhante à realidade de Derocal e Penedo.

Os 14% da população sem sanitários, a ausência de sistemas de abastecimento de água potável e a ausência de soluções para o manejo adequado dos resíduos sólidos sinalizavam no

ano de 2016 para a ausência de Estado na garantia de acesso ao saneamento básico. No entanto, falta ao presente trabalho melhor compreender a condição de acesso considerando as tecnologias já empregadas e o seu contexto, aplicação e uso, principalmente em relação à componente de esgotamento sanitário. Como já

discutido anteriormente, tal ausência do Estado não ocorre apenas no âmbito do saneamento básico, ela também é precária no atendimento à saúde e educação conforme informações do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (INEMA, 2015).

Figura 7 - Destinação dos resíduos sólidos gerados nas residências localidades de Derocal e Penedo. São Desidério. 2016



Fonte: Pesquisa de Campo (2016).

Em relação à percepção, os moradores das localidades Derocal e Penedo consideram a água tratada como a necessidade mais importante a ser suprida. Recorrentemente as falas explicitam a preocupação com a água que consomem, o que demonstra o reconhecimento da necessidade vital desta para as suas vidas. Outras necessidades são expressadas como prioritárias, como a saúde, coleta de resíduos sólidos, transporte e energia. Algumas das prioridades identificadas consistem em direitos sociais reconhecidos constitucionalmente, ainda que a palavra direito não tenha surgido nas falas das pessoas (Quadro 1).

O conceito de saneamento básico para os moradores das localidades abrange o conceito mais amplo, sugerido por Souza et al. (2015), pois considera o cuidado com a saúde, com o meio ambiente, além de abranger esgotamento sanitário, drenagem, coleta de resíduos sólidos e o controle de vetores (Quadro 2). Contudo, o abastecimento de água potável não é expressado dentro do conceito de saneamento básico. Consideram a importância do acesso aos serviços, mas em nenhum momento falam deste

como um direito.

Constata-se que há entre os moradores um saber genérico do conceito de saneamento básico, e incertezas acerca da responsabilidade pelos serviços. As respostas dos moradores das localidades à questão sobre esgotamento sanitário, revela um saber genérico sobre o termo, sabem que se relaciona a alguma medida de destinação das águas residuais e apontam a fossa como solução para tal. A discussão revelou divergência na atribuição da responsabilidade do esgotamento sanitário. Como a fossa consiste numa solução individual, e que pode ser construída pelos próprios moradores, alguns participantes do Grupo Focal atribuíram a responsabilidade do esgotamento sanitário a eles mesmos. No entanto, outros participantes colocaram como limite a ausência de recursos para construção da fossa e a possibilidade de a prefeitura contribuir com a construção dessas (Quadro 3).

As discussões dos moradores sobre as componentes de saneamento básico demonstraram a percepção de sua importância e da necessidade de acesso aos serviços, a partir

de suas realidades e conflitos de convivência. A incompreensão e a divergência de opinião quanto à responsabilidade pelos serviços públicos de saneamento básico pode explicar parte dessa

inconsciência de alguns, quanto ao saneamento básico com um direito, mas demonstra a consciência de outros.

Quadro 1 - Respostas à pergunta sobre prioridades da localidade

F1 - Eu moro aqui nasci e me criei aqui, mas a mais importante eu acho é nós tamo bebendo água, eu não sei, não digo com certeza ela tá poluída, né, então é o seguinte nós bebe uma água, aqui água sem tratar, não tem tratamento, não tem um carro para puxar os lixos do lugar que tá precisando é isso uma água tratada pra nós usar (...)

F5 – A coisa mais simples ai é tratar essa água e a prefeitura não faz isso pra gente. É só colocar uns filtros lá na descida da caixa da água lá e trabalha igual. A coisa mais simples é tratar essa água é só filtrar essa água, colocasse um produto aí todo mundo tomava água despreocupado, coisa simples e ele não faz nada disso

F5 – Água e energia.

F4 – Água tratada.

F6 – Depois é o lixo

F8 – Eu acho na minha opinião é que pra nós o que nós precisa assim é que o prefeito olhasse mais pra povoado olhasse a necessidade de cada um de nós que mora aqui que é obrigação daquele que tá no município a bem de cada um daqueles que colocarem eles lá pra nós, olhasse primeiramente para área de lazer que não temos, um higiene, nosso povoado que não temo um esgoto, como aqui precisa de algo melhor de esgoto, precisa na área de saúde que falta muito, eu acho duas coisa que precisa mais, que precisa mais mesmo é nessa parte.

F1 – O mais principal é a saúde e o carro

F5 – Olha o que está precisando pra nós aqui é água tratada e uma coisa de lazer pra gente aqui e esse carro de lixo.

(...)

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Quadro 2 - Respostas dos moradores à questão sobre o que os faz lembrar a terminologia saneamento básico e seus componentes

F8 – Saneamento é cuidado com a saúde cuidado com meio ambiente.

F5 – Rede de esgoto, despejando esgoto e lixo o que fazem é isso.

F4 – Os lixos ser queimando, aqui o lixo tá sendo queimado prejudicando a comunidade toda, porque as pessoas colocam fogo no lixo ali, entra na comunidade toda aquela fumaça muitas pessoas aquela fumaça não tem nem isso, faz mal a qualquer pessoa, aquela fumaça não faz bem pra ninguém.

F1 – Drenar aquelas água que vem nas ruas, porque aqui hoje já tá uma rua, drenar aquela água ter o lugar dela acumular.

F5 – As águas de torneira e dessas coisas o povo ter o lugar certo de alojar ela, não jogar no meio da rua.

F6 – Os bueiro também devia ser todos cobertos, porque tem uns bueiros ai a céu aberto, então aquilo ali tanto inseto, essa muriçoca que tá trazendo tanta doença no mundo, inclusive ... lugar que adoeceu desse negócio de zica.

F5 – Chicungunha e zica

F2 - Já teve dengue aqui.

M - Vocês acham que o saneamento é importante? Por quê?

F6 – A saúde.

F9 – O bem estar para a comunidade

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Quadro 3 - Respostas dos participantes do Grupo Focal sobre a responsabilidade dos serviços públicos de saneamento básico

F5 – A prefeitura

F4– Eu acredito que é a prefeitura e cada um de nós

F1 – A prefeitura e principalmente, o maior é a prefeitura, né, mas o maior qual é, o vereador que tem que corrigir os municípios, né, cadê o vereador que ganhou nunca pisou aqui, o prefeito nunca veio e nem vereador foi o mais forte daqui de dentro, dessa comunidade aqui foi cento quase duzentos e nem aqui vem e nem ousadia dar pra ninguém e aí.

F8 – Nunca deram assistência pra nós aqui

F4- Agora eu acredito assim que a gente deve fazer a parte da gente, né...

F3 – Mas, saneamento básico ninguém tem condições de fazer só a prefeitura mesmo.

F1 – Só a prefeitura mesmo, mas a gente concluiu, pede aí vem.

F8 – A prefeitura no caso tem que ter o apoio do governo federal.

F1 – Mas tem que aos vereadores reunir e puxar pra aquele lugar, pra prefeitura e mais os deputados, deputados vai pra frente e ai chega.

F6– Acredito que saneamento básico depende da prefeitura a gente da comunidade não tem condições de fazer, então depende da prefeitura, porque a prefeitura que tem todo o poder que tem a condições de fazer de beneficiar os lugar, os povoado porque aqui mesmo no Derocal depende de muita coisa da prefeitura e o só é jogado ai é tudo metade aí tem muitas das coisas que depende e que não tem.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Os moradores das localidades atribuem, a responsabilidade dos serviços públicos de saneamento básico à prefeitura, em primeiro lugar, a si mesmos, depois aos vereadores, deputados, governo federal. Mas percebe-se uma postura de impotência frente a dependência dos serviços da prefeitura (Quadro 3 - **F6 - aqui mesmo no Derocal depende de muita coisa da prefeitura**; fala de um participante do Grupo Focal). Essa impotência, pode ser devido à falta de informação sobre seus direitos garantidos em lei, sobre tecnologias adequadas, à baixa capacidade de organização da comunidade frente ao ente público, o que limita o exercício do direito, pois não permite que as pessoas se percebam com poder de decisão no âmbito das políticas, planejamento e ações de saneamento básico e que consiga enxergar a realidade do saneamento básico em sua inteireza (HELLER, 2005).

No Grupo Triangular com representantes do Poder Público, predominou a concepção de saneamento básico apenas como destinação adequada dos esgotos sanitários (Quadro 4). Diferencia-se do Grupo, o secretário de Meio Ambiente que havia participado de uma formação recentemente sobre saneamento básico, nas Caravanas do Saneamento realizada pelo Ministério Público do Estado da Bahia na Bacia do Rio São Francisco. No entanto a fala dele também demonstra que antes desta, sua compreensão em relação a saneamento básico

era apenas como esgotamento sanitário.

Rubinger (2008) considera um dos motivos das reiteradas referências à água e ao esgotamento sanitário podem ser atribuídas, a forte influência dos meios de comunicação, uma vez que ao fazer menção ao saneamento básico, aborda, predominantemente estes dois componentes. Ao se comparar a concepção de saneamento básico dos técnicos das secretarias com a da comunidade, constatou-se relativa similaridade entre as percepções. Destacando aqui que curiosamente, a percepção da comunidade mostrou-se mais ampla que a dos técnicos.

Os técnicos participantes do Grupo Triangular, desde a primeira pergunta, reconheceram a importância e essencialidade do saneamento básico para a vida das pessoas, mas inicialmente se limitaram a conceituá-lo como esgotamento sanitário. Percebe-se uma ampliação do conceito para as perguntas subsequentes, que provavelmente teve influência da resposta do F3, que apresentou sua visão pregressa e atual sobre o conceito. Afirmaram a urgência de ações que promovam o acesso da população à água de qualidade e à banheiros, mas em nenhum momento trataram da questão como um direito a ser garantido ou promovido à população, como pode ser observado no Quadro 5. Constata-se na percepção dos técnicos a inexistência de qualquer debate nesse sentido.

Quadro 4 - Conceito de saneamento básico na percepção dos técnicos representantes do Poder Público de São Desidério - BA

...

A primeira pergunta consiste em perguntar a vocês. Qual entendimento sobre o que é saneamento básico, o que vem à cabeça, o que traz?

F1 – Pra mim saneamento básico acho que é o destino que a pessoa dar, pra água pra o banheiro, né, acho que está envolvido isso aí, principalmente na zona rural que o pessoal geralmente usa o banheiro no mato, acho que é mais, é isso, é o tratamento que se dá depois de utilizado.

F2 –Na verdade mesmo na zona rural não tem tratamento básico de jeito nenhum, porque você sabe na localidade nós temos tem localidade que o pessoal faz suas necessidades como ela falou ainda né, não é adequado ainda, mas eu tive numa localidade a um tempo atrás onde estão fazendo esse trabalho já, de banheiros acho interessante né, pra ver se muda essa concepção das pessoas né, basicamente é isso aí.

F3 – [...] até o mês de março quando foi o curso, até a primeira semana de março eu achava que saneamento básico era somente o esgoto, os restos de água que sai da casa, aí a partir do curso que eu fiz com o professor Moraes, aí fui descobrir que o saneamento básico vem da captação da água, distribuição da água e o esgoto gerado pelo uso água, a destinação do lixo e a destinação da água da chuva na cidade, então só a partir daí são quatro coisas que compõe o saneamento básico, não só a questão do esgoto da casa.

...

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Quadro 5 - Percepção dos técnicos do Poder Público municipal sobre saneamento como um direito

A quarta pergunta. O que vocês pensam quando se fala que saneamento básico é um direito social? O que vocês pensam quando afirmo: saneamento básico é um direito social?

F1 – O que a falta dele causa na verdade, né, acho que a falta dele, falta do saneamento básico causa muitas doenças, né. A água, por exemplo, dar um bucado de doenças nos meninos, cresce barriga, né, então acho que é a falta mesmo.

Então no caso, né, o que vocês pensam quando chego pra vocês e digo saneamento básico é um direito social? Vocês concordam.

F1 – Eu concordo.

F3 – Da forma que se falou saneamento básico é a falta de água tratada pra comunidade, água tratada, água bruta por melhor que seja do rio ela pode estar contaminada, igual o que aconteceu aqui na rua o cano da EMBASA deu problema, caiu óleo no sistema e as ruas da prefeitura pra cima tudo estava com água contaminada, com óleo, é tipo assim, isso é falta de saneamento básico a pessoa não tem uma água de qualidade para beber.

F1 – É o mínimo, né.

F3 – A gente sempre pensa que saneamento básico é abastecimento de água de qualidade com potabilidade, mas também não causando doença pra comunidade, a retirada do resíduo na casa, do lixo pra não ficar exposto na rua, nem sujando a comunidade acarretando ratos, doenças e outras coisas ai.

F3 – É cuidar do rio pra não chegar a esse problema, direito social e de saúde para a comunidade, pro povo em geral.

F2 – Verdade. Isso ai é uma questão de falta de educação das pessoas, né. Porque a gente vai analisar bem assim, a gente ver nessas capitais ai, quando chove forte questão e vinte minutos já está alagando tudo e quando você vai olhar os bueiros estão todos entupidos falta de consciência das pessoas.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

O técnico com maior apropriação do assunto, que foi o secretário de Meio Ambiente, atribuiu à EMBASA a responsabilidade pelos serviços públicos de água e esgoto, e à própria Secretaria de Meio Ambiente a responsabilidade pelo manejo de resíduos sólidos, relatando algumas ações que eles desenvolveram na sede municipal e em outros distritos do Município.

Os discursos, representados no Quadro 6 expressam a necessidade de envolver as

secretarias de saúde, educação, assistência social, além de responsabilizar os moradores pela existência de “lixo” na rua, reforçando a ideia de que é um comportamento cultural das pessoas. À educação formal é atribuída a responsabilidade de instruir as pessoas sobre as práticas diárias, como cuidados com o “lixo”, consumo de água, deixando a responsabilidade da inexistência ou ineficiência dos serviços, na população.

Quadro 61 - Percepção dos técnicos sobre os responsáveis pelos serviços de saneamento básico no município de São Desidério

F3 – Órgão, é... água e esgoto responsabilidade da Embasa, o lixo é responsabilidade da prefeitura, tanto a coleta, tanto a destinação final dele, aí ele já, no caso a própria Secretaria a gente está terminando a triagem, o setor de triagem lá perto do Coliseu pra separar esse lixo e está terminando a construção do aterro pra destinação de todo o lixo que não pode ser comercializado, depois da triagem vai separar papel, plástico, vidro e tudo mais, vai ser vendido, pneu e o que não puder ser usado a destinação vai pro aterro sanitário, esse vai ser função da prefeitura tomar conta ou quiser terceirizar pra evitar dor de cabeça, ela pode deixar alguém tomando conta e o aterro vai se sustentar tratando o lixo de fazendas e da própria prefeitura municipal e de outras prefeituras. E a água pluvial a prefeitura já fez é só fazer com que o povo pare de jogar esgoto na rua, pra evitar sujar o rio, mas não é uma coisa, é um choque, o problema principal dessa água pluvial é porque é choque cultural com a folga que a comunidade tem.

F1 – Eu acho também que tem que envolver a educação, as pessoas têm que ter informação tem que ter o conhecimento, né, a comunidade jogar lixo na rua, desde jogar lixo na rua até o consumo da água, então eu acho que tem que envolver educação também, assistência social pode dar um apoio, né.

F2 – Mas, o problema é esse aí que as pessoas não têm educação, né, porque se você, o carro do lixo passa, inclusive na minha rua o carro do lixo passa 7, 7:30 da manhã, quando é 7:30 a pessoa coloca lixo lá na porta, sendo que o carro só vai passar dois dias depois, que passa segunda, terça e quarta, né, e aí fica complicado as pessoas e as pessoas já sabem o que é o bom o que é o ruim, não é pessoas mal informadas assim, as pessoas, né e aí é complicado. Qual a pergunta mesmo que você falou. Qual é o órgão responsável.

F3 – Pra se envolver, educação, saúde, assistência social também tem que ver, o meio ambiente pra disseminar essa informação pra ver como vai fazer.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

O diálogo entre os técnicos não evidencia a existência de ações articuladas entre as secretarias do Município, isso ratifica que “A construção e a implementação da integralidade representam um dos maiores desafios no Brasil” (PAIM, 2014, p.42), desafio esse que necessita ser superado para que se torne possível a universalização dos serviços públicos e modifique, assim, a realidade de *deficit* vivenciada pelos moradores do meio rural. Outro agravante é o fato de o poder público municipal não se apresentar como principal responsável pela promoção do saneamento básico à população.

Constata-se nos discursos dos representantes das secretarias municipais uma fragilidade na gestão em relação à promoção do saneamento básico como um direito da população e ausência de clareza nas responsabilidades. Tal fragilidade unida à postura das esferas federal e estadual, que atuam no Município apenas no sentido de fomentar a implantação de grandes empreendimentos, dificulta a universalização do acesso ao saneamento básico.

CONCLUSÃO

Constata-se que os moradores das localidades rurais Derocal e Penedo compreendem o saneamento básico como algo complexo, que promove a saúde e o bem-estar da comunidade, e refere-se principalmente aos serviços públicos de esgotamento sanitário, coleta de resíduos sólidos, drenagem de água pluviais, que como consequência controlará os vetores transmissores de doenças. Em relação à responsabilidade pelos serviços, os moradores responsabilizam principalmente a prefeitura e a si mesmo. Demonstram uma certa incerteza quanto à responsabilidade, talvez por isso não reivindicam o acesso aos serviços como um direito a ser garantido.

A água potável e a coleta de resíduos sólidos, apesar de não serem associados de maneira direta ao termo saneamento básico (SB), emerge como prioridades da comunidade. Conclui-se que SB não é um termo usual para as pessoas das duas localidades, mas duas de suas componentes são destacadas como de alta importância para elas. Os moradores de Derocal e Penedo, têm relativa consciência de que é responsabilidade da prefeitura a prestação de tais serviços e ainda relacionam a ausência de alguns deles com a limitação de recursos das famílias. Contudo, a postura de impotência frente a ausência do Poder Público, e a incerteza em relação à responsabilidade dos serviços, demonstra um sentimento de inferioridade e de incapacidade de reivindicar a solução de problemas coletivos, dos quais eles têm consciência quanto aos impactos negativos. Em contraponto, no Grupo Triangular, os representantes do Poder Público não assumiram a responsabilidade pela prestação dos serviços.

A baixa escolaridade da população aprofunda as relações de dependência e dificulta o acesso a instrumentos jurídicos reivindicatórios e à própria informação. Isso revela a necessidade urgente de o Poder Público Municipal adotar as medidas necessárias para alcançar a plena realização do direito (COHRE, 2008). Necessita-se da implementação de medidas estruturais (implantação e expansão de ativos) e estruturantes (gestão de ativos) direcionadas ao meio rural que possibilitem a superação do déficit de informação e de serviços públicos de saneamento básico.

A universalização do saneamento básico

depende de medidas estruturais, que correspondem aos tradicionais investimentos em obras, com intervenções físicas relevantes nos territórios, para a conformação das infraestruturas físicas, e de medidas estruturantes, que consistem em medidas de assistência técnica e capacitação e ações de desenvolvimento científico e tecnológico em saneamento, e que fornecem suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços (PLANSAB, 2013). Estas, podem contribuir para a mudança de atitude dos moradores, que ao se reconhecerem sujeitos de direitos, e ao compreenderem o saneamento básico como tal, terão mais força em suas reivindicações.

Em relação a percepção do Poder Público Municipal quanto ao saneamento básico como um direito, constatou-se que a visão dos técnicos representantes da gestão municipal encontra-se em fase de amadurecimento, pois estava inicialmente limitada à visão predominante da era do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), ou seja, saneamento básico tratado apenas como esgotamento sanitário e abastecimento de água. Essa visão pode ser fruto da influência do Planasa nas gestões municipais ou mesmo pela hegemonização dessa informação na mídia. Constata-se nos discursos dos técnicos pouca profundidade ao se tratar da problemática do saneamento básico, o não reconhecimento desse como um direito da população e a responsabilização da própria população pela ausência ou ineficiência dos serviços. Por outro lado, é positivo o processo, mesmo que recente, de sensibilização/conscientização da gestão municipal sobre as questões de saneamento básico.

A percepção do Poder Público Municipal também é avaliada na ausência de uma política municipal de saneamento básico, pois fragiliza o arcabouço legal para implementação dos serviços no Município e limita o controle social, princípio estabelecido nas legislações federal e estadual. Contudo, vale ressaltar, que essa é uma via de mão dupla, e a inexistência do arcabouço legal pode ser consequência da baixa incidência política (reivindicação de direitos) da população, e sua existência também não garante a sua implementação.

As contradições das relações capitalistas e seus efeitos nos espaços rurais, mesmo que estes estejam a margem dos benefícios da modernidade, são bem caracterizadas no estudo

das localidades rurais que, se por um lado não têm acesso adequado aos serviços públicos de saneamento básico, essenciais à uma vida digna, por outro, vivenciam um conflito de uso da água, fruto de interesses globais que fogem às capacidades locais de enfrentamento, pelo menos nas relações de forças.

REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE, Catarina de. O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica. In: **O direito à água como política pública na América Latina: uma exploração teórica e empírica**. CASTRO José Esteban. HELLER, Léo. MORAIS, Maria da Piedade. Brasília: IPEA, 2015. p. 11-12.
2. BARBOZA, Paulo César Neves. **Estado, direito e hegemonia: contribuições de Gramsci para a crítica jurídica**. 2007. 167p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
3. BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: Fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2010.
4. BRASIL. Lei n. 11.445, de 05 de janeiro de 2007. **Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm. Acesso em: 17 dez. 2017.
5. BRASIL. **Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB** / Ministério das Cidades - Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Brasília, 2013. Disponível em: https://urbanismo.mppr.mp.br/arquivos/File/plansab_texto_aprovado.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.
6. BRASIL. Transversal: **saneamento básico integrado às comunidades rurais: e populações Tradicionais: guia do profissional em treinamento: nível 2** / Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (org.). Brasília: Ministério das Cidades, 2009. 88p.
7. CARVALHO, Vinícius Marques de. **O direito do saneamento básico**. São Paulo: Quartier Latin, 2010. (Coleção Direito Econômico e Desenvolvimento; Volume 1)
8. COHRE. **A Efetivação do Direito à Água e ao Saneamento no Brasil**. Brasília, 2008.
9. FREY, Klaus. Governança pública e sustentabilidade socioambiental no campo? **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 261-287, 2010.
10. FUNASA. **Programa nacional de saneamento rural: atuação da FUNASA e perspectivas**. Departamento de Engenharia de Saúde Pública (DENSP). Novembro de 2014. Disponível em: http://www.abes-es.org.br/sites/default/files/arquivos/nacional_de_saneamento_rural_atuacao_da_funasa_e_perspectivas.pdf. Acesso em: 14 mai. 2015.
11. HELLER, Léo. Política pública e gestão dos serviços de saneamento a partir de uma visão de saúde pública. In: ENCUESTRO POR UNA NUEVA CULTURA DEL AGUA EN AMERICA LATINA, 2005, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: FNCA, 2005.
12. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jan. 2022.
13. Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA. **Parecer técnico de renovação de licença – PTRL**. Salvador, 2015. Não publicado.
14. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa avaliativa por triangulação de métodos. In: MINAYO, M.S.C., ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. Avaliação por Triangulação de Métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 244p.
15. ROCHA, Christiane M.B.M.; RODRIGUES, Luciano S.; COSTA, Claudionor C.; OLIVEIRA, Paulo R.; SILVA, Israel J.; JESUS, Éder F.M.; ROLIM, Renta G. Avaliação da qualidade da água e percepção higiênico-sanitária na área rural de Lavras, Minas Gerais, Brasil, 1999-2000. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.22, n.9, p.1967-1978, 2006.
16. PAIM, Jairnilson Silva. **Universalidade, integralidade e equidade**. In: Panorama do Saneamento Básico no Brasil – V. 7: Cadernos temáticos para o panorama do saneamento básico no Brasil. Brasília: MCidades, 2014. Cap.5, p. 29-66.
17. RUBINGER, Sabrina Dionísio. **Desvendando o conceito de saneamento no Brasil: uma análise da percepção da população e do discurso técnico contemporâneo**. 2008. 197p. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) - Escola de Engenharia,

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

18. SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174p.
19. SOUZA, Cezarina Maria Nobre; COSTA, André Monteiro; MORAES, Luiz Roberto Santos; FREITAS, Carlos Machado de. **Saneamento: promoção da saúde, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2015. 139p. (Coleção Temas em Saúde)
20. SPOSATI, Aldáisa. Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, VII., 2002, Lisboa. **Anais...** Lisboa: CLAD, 2002.
21. TEIXEIRA, José Boaventura. Saneamento rural no Brasil. In: **Panorama do Saneamento Básico no Brasil – Vol 7: Cadernos temáticos para o panorama do saneamento básico no Brasil**. Brasília: MCidades, 2011. Cap.6, p. 237-292.